



Ajuda pública ao desenvolvimento cai drasticamente em 2024, agravando desigualdades globais

Plataforma Portuguesa das ONGD denuncia consequências dos cortes e apela à reforma urgente do sistema internacional de cooperação

Lisboa, 17 de abril de 2025 – A Plataforma Portuguesa das ONGD alerta para o impacto da quebra da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), revelado nos dados preliminares divulgados pelo Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, que demonstram um agravamento significativo das condições nos países mais pobres.

Organizações da sociedade civil têm vindo a alertar para os efeitos devastadores das decisões de corte na ajuda externa por parte de vários doadores. A redução drástica da contribuição dos Estados Unidos no início do ano acentuou ainda mais a tendência decrescente. O Comité de Apoio ao Desenvolvimento da OCDE reporta agora um total de 212.1 mil milhões de dólares em APD em 2024 – o que representa uma queda de 16.3 mil milhões face ao ano anterior, correspondendo a uma diminuição de 7.1%.

Este recuo compromete gravemente os compromissos históricos assumidos pelos países doadores, nomeadamente a meta de destinar 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) à ajuda internacional, definida desde 1970.

Em 2024, os países do CAD atingiram apenas 0.33% do seu RNB coletivo, com apenas quatro países — Dinamarca (0.71%), Luxemburgo (1.00%), Noruega (1.02%) e Suécia (0.79%) — a cumprir esse objetivo.

No caso de Portugal, os dados indicam um aumento significativo de 21,3% na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) em 2024 face ao ano anterior, atingindo 669 milhões de dólares, o equivalente a 0,24% do RNB. Este crescimento foi

impulsionado sobretudo por um reforço das contribuições para organizações multilaterais, que compensou a redução na ajuda bilateral. Apesar deste progresso, Portugal continua longe da meta dos 0,7% do RNB e enfrenta o desafio de reforçar a sua cooperação bilateral — um instrumento essencial para garantir uma resposta mais direta, alinhada com as prioridades dos países parceiros e os princípios da solidariedade internacional.

Os impactos desta quebra ao nível dos países da OCDE são particularmente sentidos nas regiões e países mais vulneráveis. A ajuda destinada aos Países Menos Desenvolvidos (PMD) foi de apenas 35 mil milhões de dólares, muito aquém do compromisso de alocar entre 0,15% e 0,2% do RNB dos países doadores. Por sua vez, a ajuda canalizada para a África Subsariana registou uma redução acentuada, fixando-se nos 36 mil milhões de dólares - menos 2% do que em 2023.

Estes cortes ocorrem num contexto global marcado por múltiplas crises — conflitos armados, agravamento da pobreza, aumento da desigualdade e emergência climática —, em que a ajuda internacional deveria ser reforçada e não reduzida.

Para além da diminuição dos montantes, a Plataforma Portuguesa das ONGD denuncia a forma como a APD tem vindo a ser desvirtuada. Os critérios utilizados para a contabilização da ajuda têm sido progressivamente alargados pelo Comité de Apoio ao Desenvolvimento da OCDE, incluindo despesas que se afastam da sua finalidade original: o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável nos países parceiros.

Em 2024, os custos internos de acolhimento de refugiados (IDRC) representaram 27.8 mil milhões de dólares da ajuda reportada — cerca de 13.1% do total da APD. A inclusão destes custos internos no valor de APD é uma prática que inflaciona artificialmente os números da Ajuda Pública ao Desenvolvimento sem beneficiar diretamente os países em desenvolvimento. Esta manipulação do conceito de ajuda põe em causa a confiança no sistema e perpetua desequilíbrios de poder entre doadores e países beneficiários.

“A ajuda pública ao desenvolvimento está a perder o seu propósito e o seu impacto. Esta tendência compromete diretamente o futuro de milhões de pessoas em todo o mundo. Precisamos de uma reforma urgente e estrutural do sistema de cooperação

internacional, com base nos direitos humanos, na transparência e na corresponsabilização global”, afirma Carla Paiva, Presidente da Direção da Plataforma Portuguesa das ONGD.

“A Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento deste ano deve ser um ponto de viragem. Não podemos continuar com um sistema que exclui os países que mais dependem dele.”, acrescenta.

Com a aproximação da Quarta Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento (FfD4), que decorrerá entre 30 de junho e 3 de julho, a Plataforma Portuguesa das ONGD reforça o apelo para uma transformação profunda da arquitetura da ajuda internacional.

A conferência representa uma oportunidade única — e talvez irrepetível — para redefinir um modelo que tem falhado em responder às reais necessidades dos países parceiros. Entre as prioridades está o reforço do financiamento concessional, que respeite os caminhos de desenvolvimento definidos localmente e não agrave o peso da dívida externa. Também é essencial garantir que os processos de tomada de decisão sobre a ajuda deixem de estar concentrados em fóruns dominados por países doadores, como o Comité de Apoio ao Desenvolvimento da OCDE, e passem a incluir os países beneficiários em condições de igualdade.

O atual panorama da ajuda internacional representa uma crise de eficácia do sistema. A Plataforma Portuguesa das ONGD reafirma o seu compromisso com uma ajuda baseada nos princípios da eficácia, da transparência, da justiça global e dos direitos humanos. É tempo de escutar os apelos globais, respeitar os compromissos internacionais assumidos e garantir que a ajuda pública ao desenvolvimento serve verdadeiramente quem dela mais precisa. A responsabilidade recai, mais do que nunca, sobre os países mais ricos: está nas suas mãos restaurar a confiança, a ambição e a equidade na cooperação internacional.

###

Sobre a Plataforma Portuguesa das ONGD:

A Plataforma Portuguesa das ONGD (Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento) é uma organização independente, plural e sem fins lucrativos, constituída em 1985. Representa diversas ONGD

registadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros, e trabalha em prol da justiça global e do desenvolvimento sustentável. A sua atuação centra-se na Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária e de Emergência. Através da influência política, capacitação da sociedade civil e comunicação para o desenvolvimento, a Plataforma promove a solidariedade entre os povos e contribui para um mundo mais justo e equitativo.

Para mais informações, contactar:

João Ferreira

T: +351 916 127 665

E: joão@weareaurora.pt